

2Tendo por local o auditório da Secretária Municipal da Saúde de Porto Alegre, na Avenida João Pessoa, 3325, com início às 19:00 horas, manifesta-se a Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde, MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA, dizendo que, no uso das atribuições que lhe são concedidas pelas 4Leis 8080/90, de setembro de 1990, 8142/90 de dezembro de 1990, Lei Complementar 277, de maio de 61992 e pelo nosso Regimento Interno, aprovado em junho de 2008, declaro aberta esta Sessão Plenária 7EXTRAORDINÁRIA, nesta data de 12 de agosto de 2009, que tem como proposta de pauta única, a 8Avaliação da Saída do Instituto Sollus e a Proposta de uma nova Instituição para Administrar as equipes 9de Saúde da Família. Os Conselheiros titulares presentes eram: 1)NEI CARVALHO, 2)ABDON 10MEDEIROS FILHO, 3)REJANE HAIDRICH, 4)ANTONIO LOSADA, 5)JOÃO FELIZBERTO 11VARGAS MELLO, 6)MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA, 7)GABRIEL ANTONIO VIGNE, 128)ELIANE DE MIRANDA PAIM, 9)MARIA ENCARNACION MORALES ORTEGA, 10)OLIR 13CITOLIN, 11)ELEN BORBA, 12)SONIA REGINA CORADINI, 13)JONAS UBIRATAN FIAD 14MENDONÇA, 14)HEVERSON LUIS VILAR DUIRA, 15)JOSÉ CARLOS SILVEIRA VIEIRA, 1516)MARIA ANGÉLICA MELLO MACHADO, 17)LAUDENIR MACHADO DE FIGUEIREDO, 1618)TANIA LEDI DA LUZ RUSCHINSQUE, 19)LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON, 1720)SALETE CAMERINE, 21)SANDRA MELLO PERIN, 22) CLARISSA BASSIN, 23)GISLAINE 18MARGARIDA RODRIGUES, 24)PAULA GUNTZEL, 25)IGNES MARIA SERPA RAMMINGER, 1926)MARIA REJANE SEIBEL, 27)ALCIDES POZZOBON, 28)ROGER DOS SANTOS ROSA, 29)RITA 20DE CASSIA DA ROSA BISPO, 30)BRIZABEL MULLER DA ROCHA. Estavam presentes os seguintes 21conselheiros e suplentes: 1)MIRIAM FRANÇA, 2)WALMIR LABATUT, 3)OSCAR RISSIERI PANIZ, 224)ANA MARIA DE ARAUJO CIRNE, 5)ALBERTO MOURA TERRES. Justificaram suas ausências 23Débora Melecchi, Masurquete de Azevedo Coimbra, Luiz Antonio Mattia. Estavam presentes na mesa, 24além da coordenadora MARIA LETICIA, e o Secretário de Gestão CLOVIS MAGALHÃES, O Secretário 25de Saúde, Dr. ELISEU SANTOS, o Secretário da Fazenda, Senhor CRISTANO TATSCH e a Senhora 26BRIZABEL ROCHA. Passa então a Coordenadora MARIA LETICIA, a introduzir o tema relembrando 27num breve histórico de como chegamos a esta Plenária. O “entenda o caso”. 1(Março de 2007, a 28Prefeitura Municipal de Porto Alegre deixa de pagar a Taxa de Administração à FAURGS, que em julho 29do mesmo ano não renova o Contrato de Prestação de Serviços. 2) Julho de 2007, a FAURGS rescinde o 30contrato de trabalho de 731 profissionais de PSF. 3) 2 de agosto de 2007, o Conselho Municipal de Saúde 31delibera pela manutenção do contrato com a FAURGS até a realização de Concurso Público (Resolução 32370) e rejeita contratos com OSCIPS. 4) 13 DE AGOSTO DE 2007, O Prefeito FOGAÇA reúne-se com 33médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, junto com o Secretário ELISEU SANTOS, a 34Procuradora MERCEDES RODRIGUES e vereadores de Porto Alegre, garantindo aos trabalhadores, que 35cumpram aviso prévio até 30 de agosto, a admissão por novo Convênio a ser firmado. 5) 17 de agosto de 362007, entidades sindicais, trabalhadores e usuários dos PSF realizam Ato Público no Paço Municipal 37protestando contra as demissões do PSF e reivindicando a manutenção do contrato com a FAURGS, até a 38realização de Concurso Público. 6) 20 de agosto de 2007, reunião do Plenário da Câmara de Vereadores 39de Porto Alegre onde o Secretário ELISEU SANTOS, tenta explicar os motivos do rompimento do 40contrato com a FAURGS. Na ocasião é questionada a idoneidade do Instituto Sollus. 7) 20 de agosto de 412007, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público do Trabalho 42emitem recomendação ao Prefeito Municipal, orientando que se abstenha de contratar profissionais para a 43área de Atenção Básica à Saúde do município, sem realização de Concurso Público, estabelecendo o prazo 44de 12 meses para a realização dos concursos e admissão dos profissionais. 8) 22 de agosto de 2007, é 45publicado edital de seleção e contratação de pessoal pelo Instituto Sollus – PSF_ Porto Alegre. 9) 23 de 46agosto de 2007 o Tribunal de Contas do Estado bloqueia a efetivação do Convênio com o Instituto Sollus. 4710) 23 de agosto de 2007, o Secretário ELISEU anuncia que a Procuradoria Geral do Município estuda 48medidas jurídicas para assegurar a parceria com o Instituto Sollus, alegando que a cautelar expedida pelo 49TCE, suspendendo o contrato, foi uma decisão individual do Conselheiro do TCE, HELIO MILESKI. 11) 505 de setembro de 2007, o Conselho Municipal de Saúde emite documento com breve histórico sobre PSF 51bem como avaliação do processo de instalação do Programa em Porto Alegre. 12) 11 de setembro de 2007 52o Secretário ELISEU SANTOS informa ao Conselho Municipal de Saúde, através de ofício, o retorno às 53atividades do PSF, a partir de 12 de setembro de 2007. O Instituto Sollus passa a contratar os profissionais

54do PSF, com exceção dos Agentes Comunitários de Saúde, que são admitidos, através de contrato
55temporário pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 13) 11 de setembro de 2007, em reunião com o
56Ministério Público Estadual, solicitada pelo Conselho Municipal de Saúde, é entregue a Prestação de
57Contas, planilhas financeiras e planos operativos ao convênio com Instituto Sollus. 13) 23 de outubro de
582007 a promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público do Ministério Público Estadual recomenda
59ao Senhor Prefeito suspender de imediato os repasses de verbas ao Instituto Sollus (auditorias e
60treinamentos). 14) 15 de abril de 2008, o Conselho Municipal de Saúde realiza análise preliminar das
61prestações de contas do Instituto Sollus, onde ficam, evidentes indícios de irregularidades no uso dos
62recursos repassados. Esta análise é encaminhada ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público
63Estadual, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público de Contas. 15) 16 de dezembro de 2008
64foi aprovado pela Câmara de Vereadores a prorrogação do contrato temporário dos Agentes Comunitários
65de Saúde por mais um ano. 16) 17 de maio de 2009 evidenciam-se as irregularidades praticadas pelo
66Instituto Sollus, que estão sendo investigadas pelos órgãos competentes. 17) 18 de agosto de 2009, a
67Prefeitura de Porto Alegre decide não renovar o contrato com o Instituto Sollus, que tem vencimento em
6831 de agosto. O Instituto Sollus começa o processo de demissão dos trabalhadores. Então, no dia 6 de
69agosto nós estivemos no gabinete do Secretário de Gestão, CLÓVIS MAGALHÃES, onde foi nos
70informado que a intenção da Prefeitura Municipal de Porto Alegre era de conveniar com a Fundação de
71Cardiologia, para dar prosseguimento ao Programa de Saúde da Família. Naquela ocasião o Conselho
72levou ao Secretário um breve histórico dos recursos aplicados em saúde pelo município de Porto Alegre
73onde no ano de 2006 aplicou 19,4%. Em 2007 aplicou 19,58% e em 2008, aplicou 17,34% em despesas
74com Saúde. Destas receita, conclui-se que como houve um decréscimo na aplicação em saúde. Fizemos a
75conta de quanto a Prefeitura arrecadou e chegamos ao valor de R\$ 27.430.826.84, que, para nós, deixaram
76de ser aplicados em Saúde. Está é a nossa avaliação. Naquela ocasião, da visita ao Secretário de Gestão,
77juntamente com o Secretário da Saúde, os convidamos para estarem debatendo com o Plenário este
78assunto. Passo então a palavra ao Secretário de Gestão, CLÓVIS MAGALHÃES. Manifesta-se então o
79Secretário, que inicialmente diz ter recebido com prazer o convite para estar aqui neste Conselho a fim
80de esclarecermos algumas questões relativas a gestão do Programa Saúde da Família, basicamente, tendo
81em vista aquilo que já foi mencionado, ou seja, a necessidade que temos de fazer a substituição, ou de
82concluir este Contrato ou Termo de Parceria, que temos com o Instituto Sollus. Isto se dá por conta, não
83propriamente pelos serviços prestados, que sempre nos foi muito definitivo e marcante, onde houve uma
84qualificação destes serviços, principalmente dos técnicos e dos servidores, naqueles colaboradores que
85mantiveram toda a evolução do Programa de Saúde da Família, que, diga-se de passagem, é um grande
86desafio que todos nós temos. Por conta sim, da conclusão deste tempo de vigência da relação com o
87Instituto Sollus e também por conta de uma dificuldade que estamos tendo na completa prestação de
88serviços, parcialmente nas prestações de contas da Sollus, entendemos por bem que buscaríamos uma
89outra relação e que não seria possível a permanência desta relação do Instituto Sollus com a Prefeitura de
90Porto Alegre, em que pese, como dissemos, os serviços que são prestados são satisfatórios. Os índices de
91satisfação, que verificamos, por parte dos prestadores de serviço do Programa de Saúde da Família, são de
92excelência e tem produzido um efeito positivo em nossa comunidade. A questão principal, que nós remete
93aqui também é enfrentarmos aquilo que está na Câmara de Vereadores. Temos aqui presentes o Presidente
94da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, Vereador CARLOS TODESCHINI, ao qual saúdo. O que nós
95vemos, por força de tratativas que estamos mantendo, também no âmbito do Ministério do Trabalho, do
96Ministério Público do Trabalho, que dá conta de uma perspectiva de uma contratação por concurso
97público, para provimento dos cargos servidores, é importante que nós possamos recompor, e eu fiz isso
98durante esse último final de semana, quando fui ver qual efetivamente a condição para isto acontecer, na
99perspectiva do Programa de Saúde da Família. E eu solicitei, inclusive, que aqui se colocasse este que é o
100site do Ministério da Saúde, da Atenção Primária, onde se conceitua qual é a estratégia do Programa de
101Saúde da Família e como se dão as garantias para o seu financiamento. Acho importante que vocês
102possam verificar que sendo uma Estratégia onde há um cofinanciamento e não há em nenhum marco
103regulatório, e fiz questão de mencionar isto quando conversamos com a Comissão de Saúde da Câmara de
104Vereadores. Não há nenhum marco regulatório que defina, deveres, direitos e compromissos do
105município, que garantam ao município a sua condição de plena execução do Programa. O que se constitui
106é uma perspectiva de público, principalmente na esfera dos municípios, daqueles municípios que optaram,

mesmo que tardiamente, mas optaram pela Estratégia de Saúde da Família. Eu quero lembrar muito claramente que Porto Alegre foi uma das últimas capitais a efetivamente vir a se consolidar como um das capitais que aderiram à Saúde da Família. E eu sei porque o governo à época tardava tanto a fazer este compromisso. Porque está é a dificuldade que todo o gestor público, na esfera do município, encontra para este tipo de relacionamento, que é proposto, aonde a nós cabem todos os deveres, mas não nos cabe nenhuma garantia de financiamento. Enquanto não há aquilo que é fundamental, como o há quando estamos tratando de políticas públicas, que é a garantia plena dos recursos, instituídas ou em tributos, ou em regras orçamentárias, ou em definições claras, nós ficamos vulneráveis. E o Programa de Saúde da Família tem esta vulnerabilidade. É importante, manifestei e volto a manifestar, e aproveito através do Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara de Vereadores. Porto Alegre tem de se somar na perspectiva de buscar este marco regulatório. Não é uma condição federativa aquela que impõe ao município fazer o que não lhe é dado garantias. E para o Programa de Saúde da Família não há garantias. Não existem na Lei. Elas existem numa estratégia que pode ser mudada a cada momento, segundo o gestor de plantão. Portanto, o que acaba evoluindo para consagrar as relações e a busca de soluções, e as Organizações Sócias, que é o paradigma que está implantado hoje no Brasil, como referência. E foi ele, baseado isto sim em Lei, instituídas no Estado de São Paulo, que nos permitiu dali perceber que era necessário instituir regras. Pois bem, estivemos com a Prefeitura de São Paulo. Estudamos lá a fórmula como está sendo construído e evoluindo. Não quero aqui mencionar a relação com a Prefeitura de Belo Horizonte porque a Prefeitura de Belo Horizonte tem um privilegiamento, que não é de ordem institucional. É de ordem política. Portanto, ao enfrentarmos a questão de mantermos e aumentarmos a questão do Programa de Saúde da Família nós decidimos sim que com o Instituto SOLLUS são permaneceríamos, porque queremos sim que eles nos esclareçam cada centavo gasto, cada compromisso assumido. E isto se faz com as instâncias pertinentes. Estamos enfrentando isso para que junto com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas, estas questões sejam absolutamente ajustadas. De outra forma queremos continuar e ampliar o Programa de Saúde da Família. E para fazê-lo estamos buscando um conveniente com o Instituto de Cardiologia, que é um Instituto do Estado do Rio Grande do Sul, que tem uma condição de 42 anos de prática de saúde pública no município de Porto Alegre e ele nos dá uma condição que é essencial às estratégias do Programa de Saúde da Família, que é a condição de formação e capacitação para a Saúde da Família. Então, nós estamos estruturando e alavancando este novo passo numa perspectiva de garantir aquilo que é essencial ao Programa de Saúde da Família, que é a convocação dos servidores que garantam a sua identidade com as comunidades. Que tenham a perspectiva de trabalhar com o Programa de Saúde da Família aquelas pessoas que tenham absoluta e plena identidade, identificação, com os territórios onde estes programas se instalam. É nesta perspectiva, que não é uma perspectiva que esteja garantida, por exemplo, para que eu possa constituir um concurso público. Um concurso público, pelas regras constitucionais, eles são obrigatoriamente universais. Eu não tenho como atender ao requisito do Programa de Saúde da Família através de um concurso público, porque um concurso público não pode me disciplinar a condição de território. Qualquer indivíduo no território brasileiro é apto a fazer o concurso público que Porto Alegre venha oferecer. Não posso condicionar as condições primeira, que é o paradigma do Programa de Saúde da Família, a sua identificação local. É sua perspectiva de interface de relacionamento com a comunidade como pressuposto de concurso. Isto não existe na perspectiva da Lei. Temos que construir sim forma de incremento ao Programa porque este é o compromisso do governo FOGAÇA. Assumimos com o compromisso de ampliar o Programa de Saúde da Família e com todas as dificuldades, estamos ampliando. E vamos ampliar. Este ano este Programa será ampliado na perspectiva e na meta que foi estabelecida junto ao governo. Portanto o que nós estamos aqui a dizer, e queremos esclarecer quaisquer dúvidas que os senhores tenham, é que vamos continuar com o Programa de Saúde da Família e vamos garantir, nesta continuidade, a exemplo quando aconteceu quando FAURGS, na transição desta para o SOLLUS, a garantia de que estes profissionais que já tem essa condição primeira do Programa de Saúde da Família, ou seja, identidade, conhecimento, interrelacionamento intenso com as comunidades, possam permanecer, porque de parte do governo municipal somente temos a agradecer à estas pessoas, porque efetivamente o serviço prestado através do Programa de Saúde da Família é um serviço de excelência e tem ajudado muitas as nossas comunidades. Portanto, o que posso afirmar a vocês neste, e este foi o motivo de nossa vinda aqui, estamos fazendo uma transição sim e vamos à busca de um novo parceiro e esse parceiro, com uma

160 identificação clara com o Sistema Único de Saúde e absolutamente identificado com a cidade de Porto
 161 Alegre, cuja competência, a condição de prestador de serviço desta área, tem identidade, tanto com o
 162 município, como o Estado. Portanto esta é a condição, e o esclarecimento. As questões que são pertinentes
 163 à prestação de contas têm foro adequado para serem tratadas e nós trataremos. E quaisquer das questões
 164 que fiquem pendentes aí estão os nossos órgãos disciplinadores para nos regular e nós estamos
 165 alinhados a eles. Para esclarecimentos iniciais, o Secretário CRISTIANO, o Secretário ELISEU, com o
 166 propósito de esclarecer dúvidas. Têm ainda alguns desafios institucionais que me caracterizam como uma
 167 coisa bem interessante a ser verificado, para perceber o que é a ausência do marco regulatório. Com
 168 relação à Estratégia de Saúde da Família, conforme o site do Ministério da Saúde. Os desafios
 169 Institucionais são expandir e qualificar a Atenção no contexto brasileiro. A expansão e a estruturação de
 170 unidades básicas de saúde que permitem a atuação das equipes, na proposta de Saúde da Família. Estamos
 171 tentando e vamos fazer. A continuação revisão de processos de trabalho das equipes com reforço de estruturas
 172 gerenciais dos municípios e estados. Estamos fazendo e vamos fazer. A elaboração de protocolos
 173 assistenciais integrados, dirigidos aos problemas mais frequentes do estado de saúde da população com
 174 indicação da continuidade da atenção sobre a lógica da regionalização. Flexíveis, em função dos contextos
 175 estaduais, municipais e locais. Ações que visem o fortalecimento das estruturas gerenciais dos municípios
 176 e estado, com vista a programação de atenção básica das equipes, supervisão dos municípios, supervisão
 177 regional, uso de informação para tomada de decisão. Revisão de processos de formação, educação em
 178 saúde, com ênfase na educação permanente das equipes, coordenação e gestores. Isso nós queremos fazer
 179 com o Instituto de Cardiologia. A definição dos mecanismos de financiamento que contribuam para a
 180 redução das desigualdades regionais para uma melhor proporcionalidade nos três níveis de atenção. Não
 181 há esta definição. É à busca dela. Devemos estar juntos. A institucionalização de processos de
 182 acompanhamento e monitoramento e avaliação da Atenção Básica. A institucionalização, algo que um
 183 marco regulatório definiria de forma clara de compromissos entre o governo Federal, os estados e os
 184 municípios. E ações articuladas com as instituições formadoras, para promover mudanças na graduação e
 185 pós-graduação dos profissionais de saúde. Aqui o Instituto de Cardiologia tem papel particular nesta
 186 questão. Porque ali, naquele Instituto tem formação, tem pós-graduação e vamos conseguir garantir uma
 187 qualificação profissional. Portanto, com isto coloco os cinco desafios que são postos pelo Ministério da
 188 Saúde, para o Programa de Saúde da Família. E que nos mostram claramente a ausência de uma
 189 construção, de uma arquitetura legal mais garantidora para que possamos implantar isso como aconteceu
 190 na implantação das UBS. Obrigado e aguardo, nós podemos responder o que for necessário. A
 191 coordenadora MARIA LETICIA encaminha então os questionamentos. Inicia com a MARIA REJANE
 192 SEIBEL, conselheira representante do Sindicato dos Enfermeiros, que registra inicialmente a existência
 193 de várias outras cidades, que através da realização de concurso público, trabalham com a Estratégia de
 194 Saúde da família, como é o caso de Belo Horizonte, onde houve uma decisão política. Nós como
 195 representante do Sindicato dos Enfermeiros sempre estivemos na defesa do Sistema Único de Saúde. E na
 196 verdade em 1996, Porto Alegre optou pela Gestão Plena e não pelo SUS. E esta questão da vontade
 197 política, há dois anos atrás e mesmo no tempo FAURGS, onde tínhamos bastante dificuldade com
 198 negociação, na transição para a Sollus estas garantias que o Senhor se reportou, foi-nos colocada pelo
 199 Senhor ELISEU. E temos um exemplo, hoje aqui presente, que é a Enfermeira MONICA, que foi
 200 funcionária extremamente competente, foi demitida. Nós, através do Sindicato dos Enfermeiros,
 201 conseguimos a sua reintegração. Esta questão da garantia que o Senhor coloca, temos a dirigente
 202 CLAUDIA, bem como a ADRIANA, do SIMERS, que não conseguiram permanecer e até hoje a
 203 Secretaria da Saúde não definiu isso. Esta garantia dada a dois anos atrás não foi cumprida. Sobre a
 204 Sollus, na época alertávamos, que era uma empresa de São Paulo, não tinha tradição nenhuma na questão
 205 da Saúde. Fala a seguir a Enfermeira SONIA CORADINI, representante dos trabalhadores, Conselho
 206 Distrital Centro. Penso que esta discussão da Saúde da Família vem sendo vista ao longo dos anos, desde
 207 1996, apresenta sucessivas demissões dos trabalhadores, tornando-se um ônus para o próprio município.
 208 Iniciou-se a contratação dos trabalhadores pelas Associações de Moradores. Após foram demitidos e
 209 contratados pela FAURGS. Após foram demitidos e contratados pelo Sollus. E agora estão sendo
 210 demitidos pelo Sollus e serão contratados por uma outra instituição. Ao longo dos anos tivemos sucessivos
 211 desgastes, físicos e mentais, dos trabalhadores. Existem trabalhadores que estão desde o início. É uma
 212 situação, para todos nós, onde não existe uma continuidade do trabalho. Existe sim uma descontinuidade,

principalmente pelo Instituto Sollus, que quase acabou com a Saúde da Família, do jeito que agente vinha trabalhando. Penso que a Prefeitura, de uma vez por todas, tem de assumir a Saúde da Família como uma política de Saúde, dentro da Secretária da Saúde e não uma política em separado, como vem acontecendo ao longo dos anos. Expansão e estruturação da Rede Básica, pelo meu conhecimento, não existe nada na cidade. Também esclarece aqui que somente os Agentes Comunitários de Saúde tem de ter o seu território. Os outros Profissionais podem ser de quaisquer território. Portanto, não existe nenhum impeditivo para que os outros profissionais façam concursos público. Prosseguindo, manifesta-se a HELOISA ALENCAR, assessora técnica do Conselho Municipal de Saúde. Penso que é muito importante o que está acontecendo aqui, hoje, embora eu não concorde com a posição, com as palavras do Secretário CLOVIS. Penso que é importante que tenhamos uma posição clara da Prefeitura. O Secretário CLÓVIS é do Centro de Governo e está trazendo para o Conselho a posição da Prefeitura com o ela entende o Programa de Saúde da Família. Diferentemente de nossa análise, que já fizemos durante todo o processo de discussão da Saúde da Família, onde para nós ele já não é mais um Programa dentro do SUS. Saúde da Família é hoje a base definida, inclusive em conferência nacionais. Municipais, estaduais, de todo o país, que ele é o modelo estruturado da Atenção Básica. Se o município não quiser aderir ao Programa, ele não é obrigado, mas está na Constituição que o município é co-gestor do SUS e como co-gestor do SUS precisa dar conta, no mínimo, da Atenção Básica de toda a cidade. O Programa de Saúde da Família, em Porto Alegre, cobre no máximo 21% da população. E o resto da população, da cidade. As unidades de Saúde hoje não atendem dentro deste modelo, dentro desta perspectiva. E estas Unidades Básicas de Saúde que não tem Saúde da Família, estão absolutamente sucata, sem recursos humanos. Como fica isso? Então, o Conselho Municipal de Saúde preocupa-se sim com a condição de trabalho dos profissionais, deste processo de transição, mas se preocupa fundamentalmente com a saúde da população, que está absolutamente desassistida nestas áreas. E o pacto da Gestão, último modelo que os gestores definiram, ele regulamenta a saúde para todos os municípios, independentemente do partido político. A Equipe de Saúde da Família é remunerada pelo Ministério, igual, em qualquer município. O valor do incentivo do Agente Comunitário é o mesmo valor para outras cidades brasileiras. Então, mesmo que a gente discorde da posição é importante que fique claro para nós de qual é a posição da Prefeitura de Porto Alegre. Fala a seguir o senhor PEDRO RIBEIRO, coordenador do Conselho Distrital Glória-Cruzeiro-Cristal. Aplaudimos a presença do Secretário aqui no Conselho, pois penso ser um fato raro. É um progresso. Quero ressaltar que lendo o Termo de Conveniamento com o Instituto Sollus, muito do que está ali escrito e assinado não se cumpriu. A Prefeitura falhou na fiscalização? O que aconteceu? Temos trabalhadores que ficarão sem férias. Para mim está Gestão é uma Gestão de risco, Dando como exemplo a região onde atuo, 62% dos Serviços de Saúde são privatizados. Estão dentro dos diversos convênios. Isto causa uma insegurança do município diante de seus municípios. Manifesta-se o Senhor JOÃO MENESES, presidente do SINDISAUDE. O meu questionamento é o seguinte. Na transição da FAURGS para a Sollus, tivemos vários problemas de ordem trabalhista. Várias pendências existem ainda hoje. Temos colegas que estão presos à FAURGS, por estabilidade e a FAURGS, está segurando e não sabemos como Sollus fará com os seus, Tendo em vista que a Sede é em Sorocaba-SP. Como ficará esta situação na rescisão? Já fizemos este questionamento por escrito ao Secretário ELISEU. Houve um Termo de Ajustamento de Conduta, na transição da Sollus, com o aval de vários Ministérios Públicos, onde já estabelecia ali o envio pelo Executivo de um Projeto de Lei, que contratasse estes profissionais via concurso. Então, tivemos de lá para cá, dois anos onde até o Termo de Parceria com a Sollus foi renovado. Esperava que hoje estivéssemos debatendo o Departamento que a Prefeitura quer criar, ou a Coordenação, que nós queremos que se crie. Em Regime Estatutário, que nós queremos ou Regime Selecionista, que vocês oferecem. Esta é a discussão que eu esperava para hoje, mas não um novo agente para estar gerenciando novamente o Programa de Saúde da Família. O que me parece é de que a Secretária quer se livrar deste problema da Saúde da Família e não encarar uma política, como está sendo solicitada há bastante tempo. Manifesta-se a seguir a Dra. CLARISSA BASSIN, conselheira do Sindicato Médico, dizendo que o Programa da Saúde da Família foi uma luta do Controle Social e dos Trabalhadores de tal forma a se transformar num grande modelo assistencial para a Atenção Básica. A Prefeitura de Porto Alegre não tem se posicionado desta forma e tem deixado as pessoas que trabalham neste programa alheios a qualquer supervisão. Estamos nos preocupando, principalmente, com a precarização das condições de trabalho. O que o JOÃO MENESES falou, o sindicato Médico passa por isso. Profissionais acidentados, que via de regra a saúde não faz este registro. Quem faz o sindicato. Com

estabilidade lá atrás, com a FAURGS. Eles têm direitos, tem de continuar afastados, mas legalmente são pessoas que vão ter muitas dificuldades de serem contratadas futuramente. Isto é precarização. E quero reforçar o que foi colocado antes. Porque Instituto de Cardiologia? Porque não Licitação? Nós não recebemos a proposta deste contrato, Não sei como iremos analisar? De que forma isto foi feito? Instituto Sollus há bastante tempo vem apresentando problemas. Lamento dizer, romper a parceria agora, na verdade rompe porque termina e não por causa de todas as denúncias que eram flagrantes pelos trabalhadores, sindicatos e usuários vem trazendo. É muito sério o que está acontecendo. Numa avaliação que estamos fazendo a Prefeitura está se julgando e assumindo como incompetência para a gestão pública da saúde em Porto Alegre. Isto é muito sério. Manifesta-se a seguir o Conselheiro ALBERTO TERRES, do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre reforçando a idéia de que variamos aqui para discutir o Projeto de Lei que está na Câmara de Vereadores e não o Instituto Sollus, até porque o Conselho Municipal de Saúde já tem esta discussão sobre a Sollus desde o início. Na verdade nós não queremos as Fundações. Já existe uma decisão contra as Fundações, tiradas em Conferências, em movimentos sociais. E agora vamos aprovar isso em Porto Alegre? Solicito que a Prefeitura, com toda a transparência que demonstra ter venha discutir com o Conselho, pois este Conselho não apontou somente as irregularidades, mas também soluções. Infelizmente não fomos ouvidos. Até porque chega de os trabalhadores pagarem pela falta de competência na Gestão da Saúde Pública. Queremos que haja uma discussão com a participação do conselho, da Câmara de Vereadores, do Tribunal de Conta, do Ministério Público do Trabalho, para que haja sim uma contratação emergencial da Prefeitura destes trabalhadores e a discussão e aprovação do Projeto que está na Câmara de Vereadores. Manifesta-se a seguir o Senhor NEURI, dizendo cumprimentar o Secretário ELISEU SANTOS pela cara de pau, pois desrespeitaram este Conselho inúmeras vezes. Desrespeito os funcionários inúmeras vezes e ainda propõem mais um contratado sem vergonha. O senhor, há dois anos, em uma assembléia lá na Câmara de Vereadores quando foi apresentado o Instituto Sollus, disse que era uma Empresa idônea. O senhor mentiu para todo mundo. Mentiu este termo todo. Toda a declaração que o senhor dava em relação ao Instituto Sollus o senhor falava bem. E agora está propondo um novo contrato, do mesmo tipo, com uma empresa, sem ouvir nós novamente. Eu sou contratado como estagiário. Sou agente comunitário há cinco anos. Os meus colegas vão demitidos. Cumprirão aviso prévio novamente. Ficarão sem férias. Terão de dar o sangue lá na Unidade para manter o nível de satisfação. O nível de satisfação das Equipes de Saúde da Família de Porto Alegre é o sangue de cada um aqui. Não é do Instituto Sollus. Não é do Senhor. Gostaria de saber quando o senhor vai nos respeitar. Quando teremos um contrato decente. De preferência todos funcionários da Prefeitura. Quando o Senhor irá organizar isso? Será agora? Manifesta-se a seguir o Médico ALEXANDRE, dizendo inicialmente o quanto estar feliz pela saída do Instituto Sollus, pois penso ser um sentimento de todos nós, pelo quanto fomos assediados, explorados e como disse nosso colega, Dr. CLOVIS, o PSF de Porto Alegre foi bem avaliado a custa de nosso sangue realmente e não pela Sollus. Divido a minha fala em dois momentos. O atual, neste processo de transição, até que a gente tenha definições o mais longo prazo. Em curto prazo, o que temos que fazer é aprender com os erros do passado. Podemos centralizar menos nas pessoas, como houve no processo anterior, onde houveram pessoas assediadas, e escutar mais. Temos capacidade de construir um processo dialogado, neste momento de transição com o Instituto de Cardiologia. Mas penso que já partimos de um ponto errado, desde o momento que não fomos escutados, não havendo todo um processo de construção junta. Penso que ainda tem como se fazer isso. Todo mundo está aqui em defesa da Atenção Primária de Porto Alegre. Em defesa também de seus empregos. E pendo em longo prazo, e falo em meu nome, não vejo o Concurso Público como a panacéia de tudo. Vejo que a gente precisa muito mais de um plano de Cargos, Carreira e Salários, de toda uma estruturação da Atenção Primária á Saúde de Porto Alegre, onde as pessoas possam ser respeitadas. Se isto passar também pelo concurso Público, ótimo, mas no mínimo temos de sentar e dialogar para construir quais são estas alternativas. Temos várias alternativas. Temos vários exemplos que deram certo com concurso público. Aracajú, Belo Horizonte, várias cidades do Nordeste. Temos exemplos que estão acontecendo com Fundação. Temos que, no mínimo, se sentar e nos escutar. Vamos nos respeitar, como profissionais e gestores, para que a gente possa chegar a um consenso comum. Prosseguindo fala a conselheira IGNEZ MARIA SERPA, representando o Sindicato dos Veterinários. Quero reforçar a fala de alguns colegas que já se manifestaram e nunca é demais lembrar que todo o Sistema Único de Saúde é uma conquista do controle Social, do Movimento Popular organizado e dos

319trabalhadores na área da saúde. O município não escolhe ou não de fazer parte do SUS. Ele tem de estar
320no SUS porque assim se organiza o Sistema de Saúde Pública no Brasil. O processo todo de
321municipalização inicia-se em 1991, e surgira uma seqüência de Normas Operacionais que foram
322normalizando esta municipalização. Iniciou com Gestão Incipiente, Semiplena e Gestão Plena do Sistema.
323A saúde de Porto Alegre sempre foi referência nacional. Hoje não é mais. Na área de Vigilância os
324colegas de Brasília perguntam o que houve com Porto Alegre, que está andando para trás. Na Atenção
325Básica é a mesma coisa. O que aconteceu em Porto Alegre. O corpo técnico da Saúde da Família carrega
326no osso para fazer alguma coisa. Então, quando o Ministério da Saúde, em 1996 inicia com o Programa da
327Saúde da Família, com recursos do Banco Mundial foi com a intenção, isto está em vários documentos, de
328que fosse um processo gradual de mudanças de modelo de atenção Básica no País. Então, a estratégia de
329Saúde da Família é o novo modelo. Porto Alegre tem de assumir que a atenção Básica não deve ser aquele
330modelinho tradicional das Unidades Básicas. Tem de ser feita uma reforma administrativa, criar um setor
331dentro da Secretária, fazer concurso público e legalizar esta situação. Manifesta-se a seguir o Vereador
332CARLOS TODESCHINE, que saúde a todos os presentes. Quero dizer que em 1996 participei da reunião
333de governo quem definiu pela municipalização da saúde em Porto Alegre. Na época, Gestão Semi Plena.
334Março de 1996. Foi uma atitude de coragem porque havia muita dúvida, muita discussão. Amanhã iremos
335aprofundar este debate na Câmara de Vereadores. Estamos lá na Câmara trabalhando há dois anos em
336cima do Projeto de iniciativa do governo, que respondeu ao Ministério Público, o Tremo de Ajustamento
337de Conduta. Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores apresentamos um substitutivo. Ele apenas tem
338de passar pela Comissão de Constituição e Justiça. Precisamos avançar para uma definição. Seja pelo
339projeto do governo, ou seja, pelo substitutivo. O que nos causa surpresa hoje, que confirma a opinião do
340governo que, ou seja, pelo substitutivo. O que nos causa surpresa hoje, que confirma a opinião do governo
341que, ao menos o secretário CLOVIS MAGALHÃES expressas, que há uma ausência de marco regulatório
342e, portanto não é possível avançar na questão da Lei que vai criar os cargos e portando, define as
343contratações. Isto é uma questão que é nova e queremos aprofundar, dentro do que falou o Dr.
344ALEXANDRE. O problema é de que não podemos continuar convivendo com a forma de contratação
345precarizada ou terceirizada. Portanto a Câmara Municipal de Vereadores quer aprofundar. Ao seis
346membros da Comissão de Saúde e Meio Ambiente e outros vereadores têm todo interesse de resolver esta
347questão. Manifesta-se a seguir o Senhor HUMBERTO SCORZA, que saúde a mesa, identifico-me como
348trabalhador de saúde que fui até outubro do ano passado. Durante 40 anos fui servidor de saúde o que
349muito me honrou. Eu venho aqui mais é para lavar a minha alma. Secretário CLÓVIS, eu fico muito
350contente, pois o senhor conseguiu trazer o Secretário ELISEU aqui para dentro, pois precisou chegar ou
351vossas excelências todas, porque ele nunca se dignou a vir na reunião, aqui. E a rotatividade dentro desta
352Secretária, Secretário CLOVIS, não sei o senhor sabia ao nível de governo geral, dentro dos vários cargos,
353acho que faz inveja a muitos motéis, tal mudança de pessoas que ocupavam cargos aqui dentro. A falta de
354respeito ao Controle Social, e o Senhor falou em SUS, e o Gestor é o responsável pelo SUS. Os controles
355Sociais, que não é invenção de partido nenhum, e nós fomos rotulados, pessoalmente eu, pelo Senhor
356Secretário na memorável reunião do SENAC, que eu fazia uma fala política. Faço sim senhor Secretário,
357Política de Saúde. Eu nunca tive interesse nenhum e o senhor tem. E ocupa cargos. Eu fui um trabalhador
358que com muita honra me aposentei sem precisar da mídia, para dizer que eu fazia coisas. Coloco isso, pois
359agora estou de alma lavada, pois aquilo que nós dizíamos sobre a Sollus, que o senhor defendeu com
360unhas e dentes e nos caluniou, neste conselho. É uma verdade aqui, o centro de governo FOGAÇA está
361aqui para debater este tipo de coisa. Tudo o que foi colocado aqui está muito correto. Apenas pediria,
362Senhor Secretário, que gostaria de fazer uma menção honrosa ao Secretário que o antecedeu, que era um
363homem honrado. Soube vir aqui. Soube ouvir. Soube inclusive sofrer como sofre qualquer gestor, mas
364nunca fugiu da luta. Agora o Secretário ELISEU gosta muito da mídia. Gosta de pintar postos de saúde,
365com fotografias. Gosta de dar entrevistas. Então, peço que realmente as considerações que foram feitas
366aqui sejam levadas a sério. Nós já encaminhamos, como Conselho, tantos e tantos pedidos, ao nível da
367gerência de regulação e tantas outras coisas e nunca veio resposta nenhuma. Nos levaram sempre com a
368barriga. Desestimularam a presença de Gerentes Distritais em todas as reuniões do conselho Distritais.
369Arrasaram. Terminaram com o controle Social. E não venham me falar agora em novas perspectivas. O
370que foi colocado aqui agente endossa. Nós queremos sim que o município, que vocês estão agora, façam
371com que seja o Programa de Saúde com mais seriedade na Atenção Básica, para continuarmos estas coisas

totalmente descabidas e que nos envergonham como cidadão porto-alegrense. Manifesta-se a seguir o Conselho LEUDENIR do sindicato dos municípios dizendo que vem defender que ao invés de que se traga o Instituto do Coração, se abra concurso público. E aproveito para registrar que lá o Sindicato o maior registro em relação à perseguição de colega, assédio moral, está ocorrendo na Secretária da Saúde. Prosseguindo fala a Conselheira REJANE HAIDRICH, do Eixo Baltazar. Sou usuária. Escuto aqui os trabalhadores. Lastimo pelo meu tratamento que uma empresa vem dando aos funcionários. Aqui represento o povo de Porto Alegre, que está como marisco, sendo jogado de um posto para outro. Com toda esta gripe, com todo este problema de doença que existe em nossa cidade. O trabalhador hoje, novamente, não tem a perspectiva de férias. Irão trabalhar mais um ano sem férias. E quem sofre, além de vocês é a população inteira de Porto Alegre, que não via ter atendimento decente, porque vocês são seres humanos. Têm dificuldades. Têm família. Que também precisam do posto onde moram. E isto é muito triste de ver como uma gestão fala e age com o povo porto-alegrense, quando de uma eleição, pois busca em cada canto da cidade o voto, para ser eleita. Não tem um pingão de responsabilidade, um pingão de respeito por aquele que votou tantas vezes nele e que hoje não é respeitado. Retoma a palavra a Coordenadora MARIA LETICIA, que encaminha a palavra ao Dr. CLÓVIS MAGALHÃES, para as considerações sobre as manifestações havidas. Diz então o Secretário CLÓVIS que primeiramente me desculpo quando mencionei o SUS, eu queria na verdade mencionar a Gestão Plena. Quando Porto Alegre aderiu a Gestão Plena e as suas devidas consequências. Anotei todas as situações levantadas aqui. Muitas eu me coloco numa condição de limite para poder tratá-las. Penso que a gente tem uma perspectiva sim, e talvez esta seja a afirmação mais importante a considerar. Nós temos perspectiva de uma agenda comum com o Conselho, com a Comissão e com uma discussão aprofundada sobre as questões relativas ao Programa de Saúde da Família. Isto já se fez, na medida em que fizemos um contato com a Coordenadora e por conta deste contato fomos convidados a vir. Nunca tinha a oportunidade de vir, até por conta das razões naturais, ou seja, nós não tínhamos tido um contato e não tínhamos, de certa maneira, tratado as questões comuns. Mas sempre tenho e estou, ao lado do Secretário ELISEU SANTOS, a discutir isto com o Prefeito. De qualquer maneira quero aqui, numa condição preliminar, entender que há, sem dúvida, uma agenda a ser construída entre nós, para que possamos das seqüências, tanto a discussão do que está na Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei que foi apresentado pelo Governo Municipal. Está em avaliação. Há um substitutivo e nós estamos agora, nos apropriando mais, deste conteúdo. Já aceitamos participar de uma reunião na Comissão. Na verdade estamos diante de uma situação, como foi mencionado aqui, de curto prazo e de longo prazo. O que trouxemos em relação à continuidade do Programa de Saúde da Família, isto exigirá, do ponto de vista do tratamento aos trabalhadores, estas questões que estão sendo levantadas, com as questões das férias ou mesmo das licenças. Nós teremos que tratar num processo que permita a estes trabalhadores terem a garantia de um período de descanso. Acho que tudo são questões que devem ser aprofundadas nesta agenda e, portanto o primeiro compromisso de encaminhamento a assumir é de que possamos agora constituir uma representação com a qual possamos junto com o governo, ir aprofundando esta questão. Esta é uma questão que eu já colocaria. Não poderia deixar de mencionar alguns aspectos que foram colocados aqui. Porto Alegre é hoje, segundo dados de Tesouro Nacional, e o Secretário da Fazenda aqui está, é o segundo maior gasto de saúde per capita entre as capitais brasileiras. Isto significa um compromisso. Não pode ser negligenciado. Tem de ser considerado. Hoje, apenas Campo Grande tem gastado per capita superiores ao que Porto Alegre investe em Saúde. A fonte desta informação é a Secretária do Tesouro Nacional. Também é verdade que nós fizemos uma evolução em termos de aumento real de investimentos na ordem de 24% entre os períodos de 2005 e 2008. Portanto é crescimento real. Isto fez, de certa forma, que crescessem os investimentos em Saúde. Mas eu acho o que está posto para nós aqui é o desafio de em termos de Programa de Saúde da Família iremos agora a esta nova relação com o Instituto de Cardiologia, mas garantirmos um grupo que possa conosco discutir e aprofundar as questões pertinentes a cada trabalhador ou a cada conjunto de trabalhadores para que isto não sofra consequências maiores. E que possamos ir administrando estas questões que são de ordem trabalhista em que nós teremos que ser parceiros destes trabalhadores na perspectiva de que se minimizem os ventuais transtornos que são produzidos por esta troca de Instituto. Independente disso, a questão do Departamento, as formas de contratação ou mesmo os regimentos para estes processos seletivos e a forma de absorção destes servidores, é uma questão que teremos que aprofundar. Não há, volto a reafirmar aqui, e vou fazer este apelo novamente aos nossos vereadores, para que nós possamos buscar um marco

425regulatório para o Programa de Saúde da Família. Isto não existe. Existe sim o Sistema Único de Saúde.
426Ele tem base legal, mas o Programa de Saúde da Família e as formas de financiamento, as garantias de
427financiamento para que o Gestor público possa assumir na plenitude a construção de um braço que se
428perpetue nas carreiras, que se perpetue no tempo, é uma questão que não está solucionada e precisamos
429solucionar. Não é uma realidade do município de Porto Alegre, mas é uma realidade do Brasil. O vereador
430TODESCHINI fez parte de gestões anteriores e também praticou formas para a poder implementar o
431programa que permitissem que isto acontecesse e enquanto estávamos com a FAURGS nós criávamos
432aqui corpo funcional que se deslocava para as cidades do interior, com modelos de cooperativas, e outras
433formas. Então, este contexto, esta agenda, esta seriedade no tratamento desta questão eu estou aqui
434reafirmando com vocês que podemos construir sim esta agenda, que podemos construir sim este diálogo e
435que a questão de curto prazo está sendo equacionado desta forma, mas a questão de longo prazo parte de
436um regramento que temos que conquistar junto ao governo federal. O Programa de Saúde da Família não
437pode ser uma estratégia não, ele tem de ser uma Política sim. Ele precisa ter sim a sua alavancagem em
438orçamentos que são definidos claramente. Claramente instituídos. Que não são frágeis. Que não dependem
439de uma CPMF. Que uma hora existe e que uma hora podem deixar de existir. Ou de um superávit
440orçamentário, com o acabou sendo e que está hoje a sustentar. Isto é uma questão que está aberta a
441discutir. O que estamos trazendo aqui, e quero afirmar a vocês, isto é um stress grande ao governo, como é
442ao Conselho, como acaba sendo aos nossos trabalhadores. Estamos abertos sim e definitivamente
443posicionados nesta posição de dialogar. É a minha primeira inserção, nesta condição no Conselho, mas
444não será certamente a última e estou aberto a constituir um grupo de trabalho para que possamos trabalhar
445positivamente as questões que são pertinentes. Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA DE
446OLIVEIRA GARCIA, chama então os inscritos para encaminhamentos e inicia com a MARIA REJANE
447SEIBEL, dizendo que entende o sentimento de cada um, de angústia, de revolta. Nosso encaminhamento é
448por um concurso público, democráticos, transparentes, que observe as capacitações, que tenha um plano,
449seja através de títulos, seja através de pontuação. Que haja um contrato emergencial, mas junto com isso
450um concurso público Manifesta-se o Conselheiro ALBERTO TERRES, que antes seu encaminhamento
451registra ao Secretário CLOVIS MAGALHÃES, de que o governo possa iniciar novamente uma nova
452relação com o Conselho Municipal de Saúde. E faço referência que a partir daquele este grupo de trabalho,
453junto com todos os representantes dos sindicatos representantes dos trabalhadores, câmara de vereadores,
454Conselho Municipal, a Prefeitura está disposta a construir uma saída. Mas não impor uma saída. Na sua
455fala o Senhor colocou que está disposto sim, mas a partir do Instituto de Cardiologia. A gente nega isto. A
456gente quer construir. Queríamos ouvir do governo esta construção, a partir de amanhã, de forma urgente.
457Fala a seguir o Conselheiro OSCAR PANIZ, que diz precisarmos definir os cenários. Penso que o
458Secretário levantou várias questões como o marco regulatório, pois do ponto de vista deste conselheiro a
459Saúde em Porto Alegre ainda não tem um norte. Penso ser importante então temos este grupo de trabalho
460para discutirmos isso, bem com o Projeto de Cargos, Carreira e Salários. Sobre a transição, se será o
461Cardiologia ou não, queremos a garantia de que a Comissão de Acompanhamento do Convênio seja
462constituída imediatamente, pois no caso do Sollus, apenas um ano após a mesma foi criada e logo de saída
463foram constatadas vários problemas. A questão das despesas. É importante discutirmos com o Cardiologia
464sobre as despesas financeiras, custos, com despesas com veículos, capacitações, assessorias, impressos, é
465importante ficar definindo o que competirá o Cardiologia fazer. Também este conselheiro solicita que a
466Coordenação de Rede tenha um acompanhamento mais apurado sobre o trabalho das equipes de saúde da
467família, e com isto não quero dizer que o resultado não esteja sendo satisfatório. Que ela efetivamente
468Gerencie, exerça seu papel. E para comentar, Secretário CLOVIS, sobre Porto Alegre ser o segundo maior
469gasto em saúde das capitais, é uma proposta que de há tempos estamos fazendo. Precisamos discutir os
470investimentos em Saúde em Porto Alegre, pois investimos quase 20% da receita líquida e para mim estes
471recursos estão sendo mal gastos. Gostaríamos que houvesse um aprofundamento desta questão.
472Prosseguindo manifesta-se a SANDRA, técnica de enfermagem perguntando como será este processo de
473transição e gostaríamos de nos manter informado. Quanto tempo vai ficar com o Cardiologia, pois não
474queremos passar novamente o que a gente já passou. Dizem que o processo é em curto prazo. Não é. Eu
475trabalho a cinco anos. Tem gente que trabalha a mais tempo do que eu e já fui demitida duas vezes. Penso
476que a Saúde da Família está sendo desrespeitada. Nós estamos sendo desrespeitados. Os investimentos em
477saúde estão altos? O investimento em saúde primária é o mínimo. Penso que o problema esta ali. O

478começo da saúde vem da saúde primária. Se nós mesmos não temos condições, pois neste momento nós
 479estamos abalados, fragilizados, o que vamos passar para o povo. Iremos passar á eles toda a nossa
 480insegurança, o nosso medo. Temos famílias. Estamos sendo desrespeitados de há algum tempo. Então
 481solicito que nos falem deste contrato, quanto tempo vai ficar, o que vai ser feito. Como será esta passagem
 482para o novo Departamento. Sou a favor do processo seletivo. Sou contra o concurso. Fala a seguir a
 483CLARISSA BASSIN, do sindicato Médico, dizendo que a plenária se posicionou contrária á contratação
 484por qualquer entidade que não concurso público. 1) Proponho que se constitua este grupo de trabalho, com
 485tempo para terminar. 2) Que não se leve adiante à contratação via Instituto Cardiologia. 3) Que se entre
 486com o Projeto na câmara imediatamente, para a autorização de contratação emergencial, pela Prefeitura
 487Municipal de Porto Alegre, por pelo menos 180 dias, por ser uma situação de excepcionalidade, em que se
 488pode caracterizar como calamidade, pois mais de 20% da assistência em Porto Alegre ficará acéfala.
 489Manifesta-se o Dr. ALEXANDRE, com duas propostas de encaminhamentos. 1) Formação da Comissão,
 490onde se incluam as Universidades que tem estudado esta questão da Estratégia de Saúde. 2) Poderíamos
 491CONSTRUIR UM Seminário Público, em no máximo 30 dias trazendo experiências de Gestão de
 492Atenção Primária em Saúde, com trabalhadores, gestores e usuários. Retoma a Coordenadora MARIA
 493LETICIA lembrando que este Conselho, no ano passado, por deliberação deste plenário realizou um
 494Seminário para discutir unicamente Atenção Básica. Foram convidados para este Seminário a Secretaria
 495Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Secretaria Estadual da Saúde da Bahia e a Equipe da Universidade
 496Federal do Rio Grande do Sul, que fizeram a pesquisa sobre Atenção Básica em Porto Alegre. Como
 497conclusão do Seminário tiramos a Resolução 37/08 deste Conselho, que aqui temos e que já repassamos
 498ao Secretário CLOVIS MAGALHÃES, anteriormente, e publicada no Diário Oficial do Município de
 499Porto Alegre. Também quero dizer que o Conselho Municipal de Saúde tem acompanhado todo este
 500processo, e não é de agora, e nós temo aqui todos os Projetos de Lei apresentados ao Conselho, que inicia
 501em 2004, após, recentemente, o do Departamento de PSF e por fim o Projeto Substitutivo da Bancada do
 502Partido dos Trabalhadores. Estamos acompanhando todos eles e esperando uma solução. E sobre a
 503Fundações, este Conselho também participa, de toda a discussão política proposta pelo Conselho Nacional
 504de Saúde, cuja posição já é contrária á elas, e que tem agora em novembro, em Porto Alegre, dia 6, a
 505presença da Caravana do SUS, que está percorrendo todo o Brasil. E, pela nossa mobilização, fez-se que o
 506congresso Nacional retirasse da pauta O Projeto das Fundações, acha que temos o compromisso e o dever
 507de fazer este debate em Porto Alegre, como o Senhor propôs. Para encaminhamento, farei a leitura das
 508propostas que chegaram; A proposta 1º trazida pelo Secretário CLOVIS MAGALHÃES é que se faça o
 509convênio com o Instituto de Cardiologia e imediatamente se abra o processo de diálogo e de discussão,
 510como o Conselho Municipal de Saúde, a Câmara de Vereadores, a Secretária da Saúde e o Centro de
 511Governo. A proposta 2º baseada na nossa Resolução 37 é: Que seja realizado Concurso Emergencial
 512através da Prefeitura, via Contrato Emergencial. E junto a isso constituir o Grupo sugerido pelo Secretário
 513CLOVIS, no qual se discutiria além do tema da Atenção Básica, também o Plano de Carreira, Cargos e
 514Salários, para toda a Secretaria de Saúde. O Secretário CLÓVIS MAGALHÃES se manifesta em relação a
 515proposta 2, dizendo que tem necessidade de consultar a Procuradoria Geral do Município, para poder
 516encaminhá-la pois há a necessidade de ver da possibilidade legal efetiva de ela se concretizar. Não
 517estamos assumindo ela como proposta, se ela não tiver a condição de plena execução num tempo
 518necessário para que não pare o serviço de Saúde da Família. Vou procurar esclarecer se aplicação da Lei
 5197070, que excepcionalista, em caráter emergencial, se pratica os mesmos salários pagos hoje ao pessoal
 520que está no Programa de Saúde da Família, porque a contratação emergencial devera seguir o quadro
 521remuneratório da Prefeitura. Esta é uma questão legal que tem de ser ponderada e considerada. A
 522Coordenadora MARIA LETICIA encaminha então o processo de votação. Solicita que os conselheiros
 523que concordam com a proposta 1 se manifestem. O resultado é de dois votos favoráveis. Encaminha a
 524votação referente à proposta dois. O resultado é de 16 votos favoráveis. Lembra a Coordenadora que
 525amanhã estaremos na Câmara de Vereadores, prosseguindo o debate e gostaria de contar com a presença
 526dos Secretários. Nada mais havendo a tratar a Coordenadora MARIA LETICIA, ás 20:15 horas, dá por
 527encerrada a Plenária, sendo lavrada a presente ata.

528MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA OSCAR RISSIERI PANIZ
 529 Coordenadora da Plenária Secretário